



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

Relatório de Inflação

Junho 2017 - Edição Nº 18



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Sobreira de Santana – Governador
Maria Izolda Cela – Vice Governadora

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Junior – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral
Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos
Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

Relatório de Inflação – nº 18 – Junho de 2017

Elaboração

Daniel Suliano (Analista de Políticas Públicas)

Colaboração

Matheus dos Santos Carvalho (Estagiário)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de maio de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG,
Térreo.

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba
Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Relatório de Inflação

É uma publicação mensal da inflação obtida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e outras nove regiões metropolitanas do Brasil além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande.

Nesta edição

O IPCA na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) registrou retração de 0,25% em junho de 2017, período onde a inflação cai por motivos sazonais. Não obstante, destaca-se que em junho de 2016 houve alta de 0,35% e em maio de 2017 0,10%. No Nacional, a desaceleração de 0,23% é o resultado mais baixo para um mês de junho desde o início do Plano Real.

A desaceleração inflacionária bem como a deflação ocorrida neste mês de junho fez a inflação acumulada da RMF recuar abaixo da meta de 4,5%, registrando 4,31% até junho. No nacional, o acumulado dos últimos doze meses segue abaixo do teto registrando 3,00% no acumulado dos últimos doze meses.

Dos nove grandes Grupos do IPCA, Alimentação e Bebidas, Habitação e Transportes foram os que apresentaram a queda mais intensa. Em particular, destaca-se o Grupo de Alimentação e Bebidas, que responde por mais de ¼ das despesas das famílias, com recuo de 0,82% no IPCA da RMF, puxado pela baixa dos alimentos para consumo em casa, com queda de 1,23%.

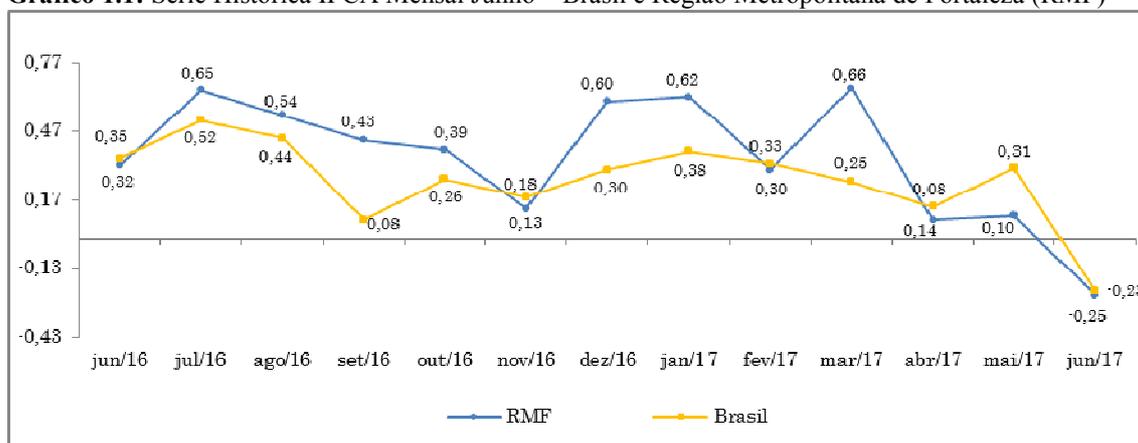
No INPC, a segunda queda consecutiva permitiu que a inflação acumulada nos últimos doze meses do INPC recuasse para 4,43% em junho, abaixo dos 4,5% da meta. No nacional, o acumulado dos últimos doze meses atingiu a mínima de 2,56%.

1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) registrou retração de 0,25% em junho de 2017, período onde a inflação cai por motivos sazonais. Não obstante, em junho de 2016 o índice havia apresentado alta de 0,35%.

Similarmente, o IPCA nacional também recuou 0,23% em junho, desacelerando fortemente com relação a maio, quando havia registrado alta de 0,31%. O IBGE destaca que esse é o resultado mais baixo para um mês de junho desde o início do Plano Real e a primeira deflação desde junho de 2006, quando havia registrado -0,21%. O Gráfico 1.1 apresenta a evolução do índice tanto para a RMF como para o caso nacional.

Gráfico 1.1: Série Histórica IPCA Mensal Junho – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE; Elaboração: IPECE.

Na Tabela 1.1 seguinte é apresentado os resultados da inflação para todas as áreas pesquisadas abrangidas pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) do mês junho além do acumulado dos últimos doze meses. O Gráfico 1.2 também apresenta a evolução do IPCA para o acumulado nos últimos doze meses.

A deflação para o presente mês fez a inflação acumulada da RMF recuar abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), registrando 4,31% até junho. Das treze regiões pesquisadas pelo SNIPC, apenas a região Metropolitana de Recife permanece com o acumulado acima do teto da meta, registrando 4,75%.

O Município de Goiânia ainda permanece com a menor inflação acumulada tendo registrado no acumulado dos últimos doze meses até junho de 2017 1,74%. Por sua vez, a forte deflação neste mês de junho fez a Região Metropolitana de Belo Horizonte registrar a segunda menor variação acumulada com apenas 2,21%. A Região

Metropolitana de Curitiba passa agora a ocupar a terceira menor inflação acumulada entre as regiões pesquisadas com 2,04%.

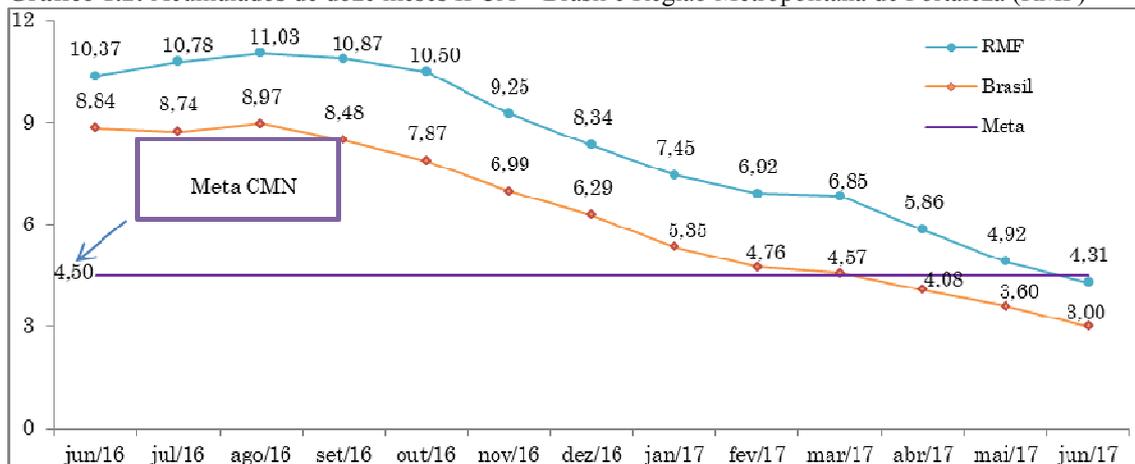
No nacional, o acumulado dos últimos doze meses segue abaixo do teto da meta de 4,5% registrando 3,0% no acumulado dos últimos doze meses até junho de 2017. Deve-se destacar que o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC) nos seus últimos comunicados tem frisado que a queda da inflação recente é resultante da queda de preços alimentos em decorrência de um choque de oferta favorável. Adicionalmente, esse choque de oferta favorável nos preços dos alimentos tem produzido efeitos secundários e contribuído para quedas adicionais das expectativas de inflação e da inflação em outros setores na economia.

Por sua vez, o Comitê destaca que o comportamento inflacionário permanece favorável tendo o processo de desinflação se difundindo nos componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à Política Monetária.

Tabela 1.1: Variação Mensal e Acumulado 12 Meses IPCA – Maio/Junho

Cidades/Regiões Metropolitana	Var. Mensal (%)		Variação Acumulada 12 meses (%)
	Maio	Junho	
Belo Horizonte	0,21	-0,48	2,21
Campo Grande	0,42	-0,40	3,94
São Paulo	0,36	-0,31	2,83
Porto Alegre	0,48	-0,28	2,81
Fortaleza	0,10	-0,25	4,31
Vitória	0,31	-0,22	3,19
Brasília	0,24	-0,22	4,05
Curitiba	0,43	-0,14	2,04
Recife	0,72	-0,09	4,75
Rio de Janeiro	0,22	-0,09	3,80
Salvador	0,32	-0,08	3,13
Belém	-0,13	-0,08	2,60
Goiânia	0,16	-0,04	1,74
Brasil	0,31	-0,23	3,00

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 1.2: Acumulados de doze meses IPCA – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

2. Variações por Grupos e Itens

Os dados desagregados para os nove grandes Grupos do IPCA revelam que Alimentação e Bebidas, Habitação e Transportes, que concentram mais de 60% das despesas domésticas, foram os que apresentaram a queda mais intensa no índice. Tanto no nacional como na RMF o Item Energia Elétrica exerceu intenso impacto negativo, com redução de 5,52% e 3,98%, respectivamente. (Tabela 2.1). De acordo com o IBGE, a queda nas contas de energia se deve a substituição, em primeiro de junho, da bandeira vermelha pela verde, no qual se transfigura uma redução de R\$ 3,00 a cada 100 kWh consumidos.

Os dados da Tabela 2.1 também revelam que o Grupo de Alimentação e Bebidas, que responde por mais de ¼ das despesas das famílias, recuou 0,82% no IPCA da RMF, e 0,50% no índice nacional. Ambas as quedas foram puxadas pelos alimentos para consumo em casa com quedas de 1,23% e 0,93%, respectivamente.

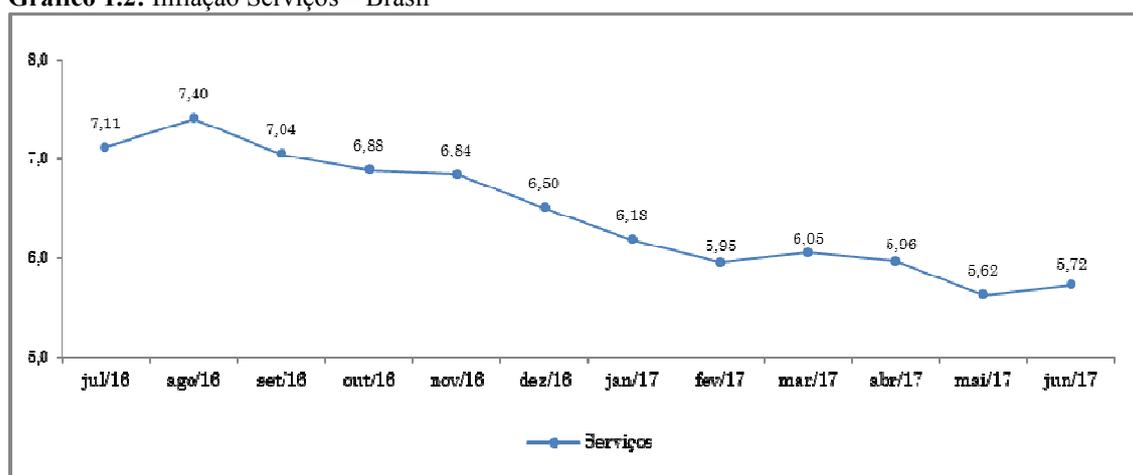
Em que pese o recuo de preços no índice geral, o Grupo Saúde e Cuidados Pessoais sofreu aceleração. No Brasil, houve variação de 0,46%, enquanto que na RMF a variação foi de 0,53%. No caso da RMF, destaque para os Itens Produtos Farmacêuticos e Planos de Saúde, ajustados em 1,24% e 1,05%, respectivamente.

Embora o comportamento da inflação permaneça favorável, o COPOM ressalta que é necessário acompanhar possíveis impactos do aumento de incerteza sobre a trajetória prospectiva da inflação. Além disso, o Gráfico 2.1 destaca o retardo do processo de desinflação dos Serviços, revelando os mecanismos inerciais que ainda vigoram nos preços do país.

Tabela 2.1: Variação por Grupos do IPCA

Grupos	RMF		Brasil	
	Var. Mensal (%)		Var. Mensal (%)	
	Maio	Junho	Maio	Junho
Índice Geral	0,10	-0,25	0,31	-0,23
Alimentação e Bebidas	-1,41	-0,82	-0,35	-0,50
Habitação	2,04	-0,58	2,14	-0,77
Artigos de Residência	-0,69	0,21	-0,23	-0,07
Vestuário	0,59	-0,13	0,98	0,21
Transportes	1,45	0,27	-0,42	-0,52
Saúde e Cuidados Pessoais	0,40	0,53	0,62	0,46
Despesas Pessoais	0,04	0,00	0,23	0,33
Educação	-0,05	0,08	0,08	0,08
Comunicação	0,39	-0,04	0,09	0,09

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 1.2: Inflação Serviços – Brasil

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3. Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) se refere às famílias com rendimento monetário de um a cinco salários mínimos. É calculado também para dez regiões metropolitanas, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande e de Brasília, que são as mesmas áreas geográficas que abrange o IPCA.

O INPC da RMF, similarmente ao mês anterior, registrou variação negativa, de 0,35%. A expressiva queda neste mês de junho, com relação a um recuo de 0,04% em maio, permitiu que a inflação acumulada nos últimos doze meses do INPC ficasse abaixo dos 4,5%. Destaca-se que de março a junho o acumulado do INPC recuou de 7,25% para 4,43%.

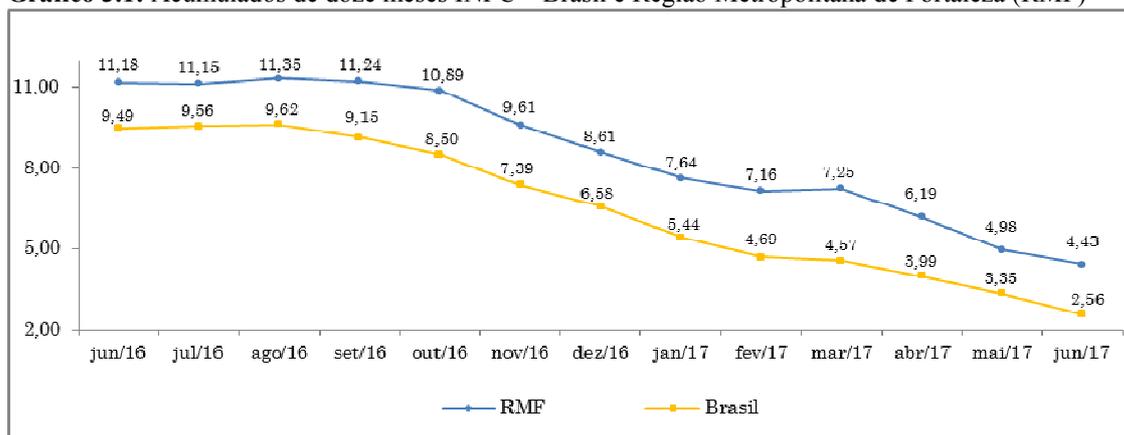
No nacional houve também forte deflação de 0,30%, permitindo que o acumulado dos últimos doze meses atingisse a mínima de 2,56%. Dados do Gráfico 3.1 revelam a paulatina recuperação do poder de compra das camadas mais pobres na medida em que o INPC em junho de 2016 do Brasil no seu acumulado dos últimos doze meses era de 9,49%.

Tabela 3.1: Variação Mensal e Acumulada 12 Meses INPC – Maio/Junho

Cidades/Regiões Metropolitanas	Var. Mensal (%)		Variação Acumulada 12 meses (%)
	Maio	Junho	
Belo Horizonte	0,24	-0,64	1,52
Campo Grande	0,61	-0,47	3,06
São Paulo	0,51	-0,42	1,97
Porto Alegre	0,52	-0,41	2,22
Fortaleza	-0,04	-0,35	4,43
Vitoria	0,44	-0,33	2,79
Rio de Janeiro	0,36	-0,27	2,71
Recife	0,61	-0,26	4,81
Brasília	0,21	-0,21	4,01
Curitiba	0,59	-0,20	1,67
Goiânia	0,18	-0,12	1,42
Belém	-0,09	-0,08	2,49
Salvador	0,29	0,09	3,21
Brasil	0,36	-0,30	2,56

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 3.1: Acumulados de doze meses INPC – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

4. Considerações Finais

A sazonalidade do mês de junho fez com que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) recuasse 0,25% em junho de 2017, embora em junho de 2016 o índice tenha apresentado alta de 0,35%.

A deflação em junho fez a inflação acumulada da RMF recuar abaixo da meta de 4,5%, registrando 4,31% até junho. No nacional, o acumulado dos últimos doze meses segue abaixo do teto registrando 3,0% no acumulado dos últimos doze meses.

Dos nove grandes Grupos do IPCA, Alimentação e Bebidas, Habitação e Transportes, com mais de 60% do peso que compõe a cesta básica do índice, foram os que apresentaram a queda mais intensa. Tanto no nacional como na RMF o Item Energia Elétrica exerceu intenso impacto negativo, com redução de 5,52% e 3,98%, respectivamente. Particularmente, destaca-se o Grupo de Alimentação e Bebidas, que responde por mais de ¼ das despesas das famílias, com recuo de 0,82% no IPCA da RMF, puxado pela baixa dos alimentos para consumo em casa, com queda de 1,23%.

No INPC, a queda neste mês de junho permitiu que a inflação acumulada nos últimos doze meses do INPC ficasse abaixo dos 4,5%, recuando de 7,25% no mês de março, para 4,43% em junho. No nacional, o acumulado dos últimos doze meses atingiu a mínima de 2,56%.

O Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC) destaca que o comportamento da inflação permanece favorável em razão da queda de preços dos alimentos por conta de um choque favorável de oferta. É destacado também que o processo de desinflação se difundiu e houve consolidação da desinflação nos componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária.

Não obstante, o BC tem ressaltado e alertado para a necessidade de aprovação e implementação das reformas, notadamente as de natureza fiscal, como medidas de ajustes na economia e relevantes para a sustentabilidade da desinflação e para a redução da taxa de juros estrutural.